



Rankings e ausência de dados

Opinião



Rodrigo Queiroz e Melo

● Em Portugal, o ranking das escolas é o tema de educação que mais visibilidade tem todos os anos. Mas nem sempre foi assim. Até ao ano 2000, ninguém sabia o que se passava. A melhor (e única) informação que os portugueses tinham sobre o desempenho dos alunos e das escolas eram os resultados do PISA divulgados pela OCDE. Hoje custa-nos acreditar, mas até ser obrigado por um tribunal a divulgar os resultados dos exames, o Ministério da Educação guardava-os para si! O argumento era que a divulgação destes dados não iria originar nada de bom: os jornalistas não saberiam tratar a informação, o povo não a ia perceber e algumas escolas iriam ser estigmatizadas. Invocando a nossa incapacidade, o Estado mantinha-nos na ignorância.

A divulgação regular dos resultados dos exames por escola, disciplina e aluno foi um primeiro e importante passo no sentido da transparência. Mas não chega. Hoje, por força do apetrechamento tecnológico das escolas e do Ministério, o Estado dispõe de um conjunto detalhado de dados sobre o sistema educativo que insiste em manter para si. As razões para o fazer são as mesmas: é matéria sensível; muito complicada; informação que poderia ser mal usada.

Mas, apesar das suas limitações, os *rankings* cumprem funções importantes no sistema educativo: permitem às escolas situar-se em contexto (a generalidade das escolas compara os seus resultados com os de outras semelhantes – *benchmarking* – para tentar perceber os resultados dos seus alunos); funcionam como objectivo inspiracional (através deste indicador as escolas procuram melhorar a sua posição relativa); e introduzem alguma competição saudável entre escolas. Adicionalmente, os *rankings* são também utilizados pelas famílias como mais um dado quando procuram escolher a escola melhor para os seus filhos (seja estatal, seja privada).

Contudo, é pouca informação para promover ou sustentar uma melhoria substancial da educação e para se perceber melhor o que se passa no terreno. As questões em aberto são muitas: os resultados são o espelho do trabalho da escola ou do ponto de partida dos alunos que a frequentam?

A melhoria nos resultados foi um acidente estatístico ou é um resultado sustentado? As melhorias e as piorias verificam-se em todos os alunos da escola ou só em alguns? As melhorias resultam de melhor ensino ou de mais recursos colocados na escola? O que se passa no caso das escolas privadas é sintomático da necessidade de mais informação: se os lugares cimeiros do ranking são ocupados sistematicamente por escolas privadas com poucos alunos dos escalões mais baixos do abono de família, a verdade é que há colégios em que mais de 50% dos alunos são do primeiro ou segundo escalão da acção social escolar entre os primeiros 100 – que significado tem e como deve ser interpretado este facto? Qual a influência exacta dos projectos pedagógicos e métodos de ensino nos resultados dos exames? O facto de nas escolas privadas existirem lideranças efectivas e projectos pedagógicos aceites e procurados pelas famílias exerce algum tipo de influência nos resultados? Para responder a cada uma destas dúvidas – que ajudariam a sociedade a reflectir sobre o nosso sistema educativo – são necessários mais dados. Dados que o Ministério tem mas (ainda?) não divulga.

Mas há mais perguntas para que todos gostávamos de ter respostas: quanto custa cada aluno em Portugal? As escolas com mais recursos estão a conseguir que os seus alunos aprendam mais? Os alunos mais carenciados estão a ter acesso aos melhores recursos? Os melhores docentes ensinam os alunos com mais dificuldades? Quais os resultados das políticas educativas? Também para responder a estas dúvidas são necessários mais dados. E, novamente, são dados que o Ministério tem, mas não divulga (ou não tem, o que é mais grave pois na ausência de dados como se tomam decisões?)

O programa do governo é claro quanto a dar autonomia às escolas e liberdade de escolha para as famílias. A divulgação de informação completa sobre o sistema educativo é fundamental para o acompanhamento da autonomia e para apoiar a escolha esclarecida. Confiamos que desta vez o Estado vai divulgar os dados que faltam (custo por escola, alunos por escola, escalões de ASE por aluno, resultados escolares por aluno por escola, docente por escalão por escola, auxiliares por escalão por escola, psicólogo por escola, etc...).

Volvidos onze anos sobre os primeiros rankings, a situação de opacidade sobre o que se passa com os 6 mil milhões de euros que entregamos anualmente à administração educativa não é aceitável. *Director executivo da AEAP, Professor da Universidade Católica Portuguesa*